

## QUANDO O SERTÃO VIROU PORANGATU? MITOS DE FUNDAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA DA CIDADE

### *WHEN THE SERTÃO CAME BY PORANGATU? MYTHS OF FOUNDATION AND THE TEACHING OF CITY HISTORY*

Renato Fagundes Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é refletir sobre os usos da cultura popular no ensino de História local na cidade de Porangatu, Goiás. Partindo de uma pesquisa quantitativa realizada nas escolas da cidade, percebemos que os alunos reproduzem a lenda local para explicar sua fundação, negligenciando os elementos históricos que estão presentes em seus cotidianos. Nesse sentido, esforçamo-nos em demonstrar os problemas decorrentes dessa reprodução: encobrimento da História e o desconhecimento das tensões socioeconômicas construídas no processo de formação da cidade. Esperamos ampliar os debates sobre o uso do patrimônio histórico no Ensino de História e os problemas de sua apropriação de forma indiscriminada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura popular. Mito Fundador. Porangatu.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to reflect on the uses of popular culture in the teaching of local history in the city of Porangatu, Goiás. From a quantitative research carried out in the city schools, we perceive that the students reproduce the local legend to explain their foundation, neglecting the elements that are present in their daily lives. In this sense, we strive to demonstrate the problems arising from this reproduction: a cover-up of history and ignorance of the socio-economic tensions built up in the formation process of the city. We hope to broaden the debates on the use of historical heritage in History Teaching and the problems of its appropriation indiscriminately.

**KEYWORD:** Popular culture. Myth Founder. Porangatu

## INTRODUÇÃO

Na sua obra denominada *Cultura popular no Capitalismo*, Néstor Canclini alerta para a apropriação da cultura popular no capitalismo, “a resposta do capitalismo tem

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Goiás. renatofagundes@gmail.com

sido incontáveis vezes a representação. A réplica mais cotidiana e incisiva é a que trata de absorver as culturas populares, integrá-las, ressemantizar as suas mensagens e refuncionalizar os seus objetos” (CANCLINI, 1983, p.134). Os grupos sociais hegemônicos cooptam as manifestações dos grupos subalternos, para colaborarem com a manutenção do sistema e sua reprodutibilidade. Seu alertar é claro: precisamos questionar os usos da cultura popular. Com essa perspectiva que problematizaremos a adoção de lendas e mitos, que assumem o lugar de elementos da cultura popular no Ensino de História Local da cidade de Porangatu e suas problemáticas.

A história local ganhou espaço nos currículos nas últimas décadas. Conforme descrevem Horn e Germinari, “A história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas” (HORN; GERMINARI, 2010, p. 118). Sua inserção está ligada ao esforço de situar o aluno numa determinada realidade local, refletindo sobre sua identidade. A memória coletiva, os patrimônios culturais (material e imaterial) têm um papel importante na formação dessa identidade local.

No entanto, o uso de patrimônio não pode ser feito de maneira acrítica. É nessa situação que vamos refletir sobre apropriação do patrimônio imaterial no ensino de história local da cidade de Porangatu. Para isso, dividiremos a nossa análise em três momentos: Primeiro, vamos expor um recorte do nosso projeto de extensão que identificou um elemento a ser questionado: Os alunos do ensino básico em Porangatu associam a origem da cidade aos mitos e lendas locais. Depois, nos apoiando na noção de mito fundador de Chauí (2001), discutiremos o efeito da reprodução do mito para a compreensão da realidade. Por fim, com o intento de discutir a história local de Porangatu, propomos uma narrativa para a formação da cidade partindo da história de Goiás. Nosso esforço nesse último ponto é de demonstrar quais tensionalidades são encobertas pelo relato mitológico.

Portanto, nosso objetivo nas próximas páginas não é de revelar um currículo oculto, conteúdos ou disciplinas que alienam no Ensino de História, mas de demonstrar pela História Local de Porangatu como as narrativas produzidas devem ser indagadas, afinal, ao criar história também se produz esquecimento.

## OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM PORANGATU: RESULTADOS PARCIAIS DE UM QUESTIONAMENTO

Com o objetivo de desenvolvermos um material que pudesse colaborar com o ensino da História local da cidade de Porangatu<sup>2</sup> e atendesse um dos elementos destacados pelos parâmetros curriculares nacionais (PCN) para o campo disciplinar de História no terceiro ciclo (6º ao 9º ano do ensino fundamental) (BRASIL, 1998), realizamos uma pesquisa em escolas e colégios, privados, públicos e conveniados do município. Nosso intento buscou identificar os elementos da história da cidade que são compartilhados entre os alunos do 9º ano, último ano do ensino fundamental.

A 9ª série é emblemática, considerada a série de transição para o Ensino Médio, no qual tradicionalmente o currículo ganha características mais técnicas. É nela que teoricamente os objetivos, traçados pelos PCN's para o Ensino Fundamental, estariam próximos de suas conclusões. Espera-se, de acordo com o PCN de História do Ensino Fundamental que:

Os conteúdos de História para o primeiro ciclo enfocam, preferencialmente, diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos. Prevaecem estudos comparativos, distinguindo semelhanças e diferenças, permanências e transformações de costumes, modalidades de trabalho, divisão de tarefas, organizações do grupo familiar e formas de relacionamento com a natureza. A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia (BRASIL, 1998, p.40).

Nesse contexto, elaboramos um questionário que foi aplicado em 12 instituições de ensino da cidade de Porangatu. Uma das questões interroga o seguinte: Quando Porangatu tornou-se cidade? Uma interrogação que pode ser interpretada como simples para quem conhece a história dessa cidade do norte goiano. Simples, pois é uma data comemorativa, retida todos os anos, com eventos e rituais repetidos por toda a cidade que favorecem a memorização da data. Os alunos podiam optar por quatro respostas:

- a) Na época do Nêgo Dunga;
- b) Em 1948;
- c) Na época de Antônio e Angatu;
- d) Com a chegada dos Bandeirantes.

---

<sup>2</sup> Projeto de Extensão proposto e aprovado pela Universidade Estadual de Goiás para o ano de 2016: A cidade de Porangatu tem uma História? Ensino de História e História local.

Dos 472 discentes que responderam ao questionário, 163 marcaram a letra B, ou seja, acertaram a data de fundação da cidade. Os outros 309 marcaram uma das três respostas que associam a criação da cidade aos mitos de fundação da cidade.

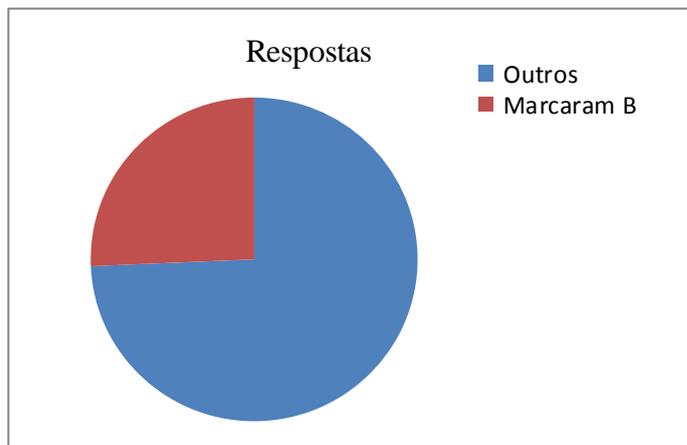


Gráfico demonstrativo das respostas dos discentes do 9º ano (Ensino Fundamental) da Cidade de Porangatu

O número expressivo de alunos que marcaram a opção que relaciona a formação da cidade às lendas e mitos nos fez retornarmos a pesquisa. Dessa vez, o questionário foi aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. Como o objetivo era avaliar se a dificuldade permanecia até o último ano do ensino básico, preferimos uma amostragem. Realizamos a pesquisa com 92 alunos do 3º ano do Ensino Médio, sendo que 38 marcaram a opção B.

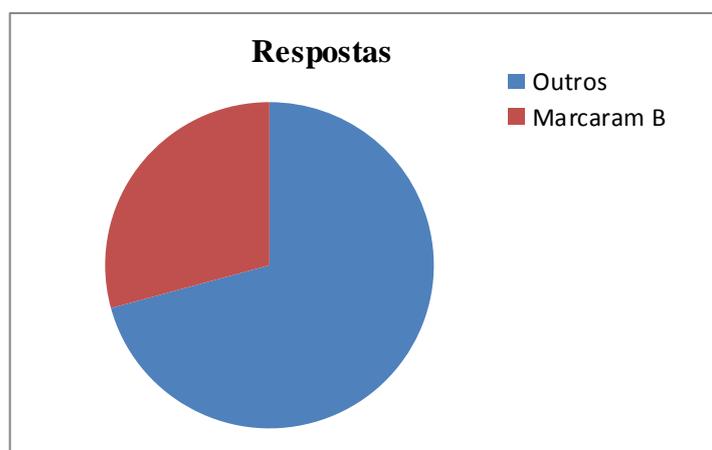


Gráfico demonstrativo das respostas dos discentes do 3º ano (Ensino Médio) da Cidade de Porangatu

O que nos chama atenção não é o fato dos alunos das escolas porangatuenses não saberem a data de fundação da cidade, não se trata de substituir uma história positivista de datas e acontecimentos por outra, mas o fato de optarem por respostas que remetem a um passado lendário e mitológico da cidade. Em outras palavras, podemos no mínimo levantar duas respostas possíveis para compreender o resultado desta questão: Primeiro, os alunos que estudam na cidade de Porangatu não conhecem a história de Porangatu; Segundo, os alunos que sabem sobre a história de Porangatu não conhecem uma história formal e científica da cidade, mas uma história lendária, mitológica e laudatória. Acreditamos que isso se deve, em partes, ao perseverante reforço de lendas populares, consideradas como patrimônio cultural imaterial nos espaços públicos e no Ensino de História.

Quando lidamos com o patrimônio cultural no Ensino de História, isso deve ser feito mediante uma reflexão prévia da construção desse patrimônio e da problematização das construções dos discursos. Nesse sentido, debateremos alguns dos problemas quando a leitura do passado é monopolizada por referências lendárias, como ocorre na cidade de Porangatu.

## **ANGATU E NÊGO DUNGA COMO MITOS FUNDADORES**

A origem da cidade vem do início da mineração do ouro, que atraiu o bandeirante João Leite, em 1592. Este trazia na sua bandeira um encarregado da tralha e da sondagem, o "nego Dunga". E, como conselheiros e mestres de orações, alguns jesuítas da Companhia de Jesus, que construíram na região da fazenda "Pindobeira", perto dela, um aldeamento para o trabalho de catequese e colonização dos índios. É comentado em várias anotações sobre a bandeira de João Leite, que no local onde está hoje à cidade de Porangatu deu-se a história do "Nego Dunga", que encontrou nas imediações da fazenda Pindobeira, uma enorme pepita de ouro. Ele a cortava com um canivete todo dia, para ir "pagando a tamina", livrando-se dela, que lhe fora imposta por João Leite, seu patrão (BRAGA, 2009, p. 172).

\*\*\*

Contam os antigos que em tempos idos, aqui vivia uma tribo dos índios Canoeiros; tinha uma índia muito bela, esposa de um dos futuros chefes da tribo. O tempo passou e aqui chegou João Leite e seus bandeirantes e entre eles um cativou o coração da jovem índia, o forte e valente Antônio. Começaram entre os arvoredos um lindo romance. Não tardou, esse romance veio a ser descoberto e proibido, como também proibido seus encontros. Angatu e o jovem apaixonado não pensaram nos perigos que corriam e começaram, a se encontrar às escondidas, e tudo ia bem para ambos, apesar

de todas as pressões ao romance. Um dia, porém, os dois são levados à presença do chefe da tribo como castigo o moço é condenado a morrer flechado e o corpo queimado em uma enorme fogueira no meio da mata e ela seria obrigada a vê-lo morrer sem nada pode fazer, presa e cercada por guerreiros da tribo. O jovem bandeirante amarrado a um tronco de árvore ao receber as flechadas mortíferas expira, e, suas últimas palavras são dirigidas à amada “Morro por Angatu”<sup>3</sup>.

\*\*\*\*



Quadro exposto no centro cultural de Porangatu. A morte de Antônio e as lágrimas de Angatu.  
Foto de Renato Fagundes Pereira (20/07/2015).

Esses são mitos da região que hoje comporta a cidade de Porangatu, sua reprodução é institucionalizada, do site da prefeitura à representação em peças de teatro e quadros nos espaços e prédios públicos. Eles explicariam a origem do povoamento que posteriormente desencadeou a formação do distrito do Descoberto – apesar de existirem poucos trabalhos sobre o assunto, o que mantém essa afirmação em suspensão – em 1943, tornou-se Distrito de Porangatu e cidade de Porangatu, em 1948.

Ambas as narrativas são lendas, não há documento oficial que comprove a existência de Nêgo Dunga e Angatu. Existem pesquisas que demonstram a presença indígena no atual norte goiano, nem por isso podemos afirmar que a aventura de Angatu é verdadeira. O debate sobre a dignidade dessas lendas é um paralogismo que necessitaria de outros esforços para entender. A resposta, talvez, não estaria no processo de povoamento, mas quando esses discursos emergem como síntese explicativa do passado da cidade.

<sup>3</sup> Essa narrativa está disponível no site da Prefeitura da Cidade na opção história, <http://www.porangatu.go.gov.br/a-cidade/historia>. Acesso: 10/08/2016.

A questão que nos interessa é outra: Os alunos das escolas em Porangatu não diferenciam o processo de povoamento, do processo de formação política da cidade. Isso ocorre porque a única narrativa que eles têm acesso é o relato lendário do povoamento da cidade. Logo, eles associam a formação da cidade ao povoamento. Para muitas cidades isso seria verdadeiro, mas não para Porangatu. O processo de povoamento da região, onde hoje é Porangatu se deu nos séculos XVIII e XIX, no entanto, essa região apenas se tornou Porangatu em 1943. Negligenciar essa diferença é reforçar o caráter eternizante da mitologia, quando na verdade, a fundação da cidade de Porangatu representou uma ruptura, não apenas para o nascente município, mas para a história de Goiás e o que denominamos hoje de norte goiano.

Nesse sentido, podemos inferir que explicar a origem de Porangatu pelas lendas de povoamento é transformar esses relatos naquilo que Marilena Chauí chamou de mito fundador. Retomando uma fala do filósofo Merleau-ponty, ela nos explica que assim como as ideias, os espaços também são inventados:

Certa vez, o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty comparou o aparecimento de novas ideias filosóficas - no caso, a ideia de subjetividade no pensamento moderno - a descoberta da América. A comparação o levou a dizer que uma nova ideia não pode ser descoberta, pois ela não estava ali à espera que alguém a achasse. Ela é inventada ou construída para que com ela sejam explicados ou interpretados acontecimentos e situações novos, feitos pelos homens. Uma ideia, escreveu ele, não está à nossa espera como a América estava à espera de Colombo. O filósofo se enganou. A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador (CHAUÍ, 2001, p.57).

Chauí ao propor essa reflexão nos lembra de que os espaços também são inventados e mascarados de acordo com as narrativas que se cria dele e sobre ele. O fato empírico é incompreensível sem o esforço de inteligibilidade que usa elementos previamente construídos pela cultura. A preferência pelo uso da terminologia “Descobrimento”, implicitamente, reforça a ideia de que a América estava à espera dos Europeus. A reprodução inocente e/ou inconsciente desse relato reproduz a ideia de destino civilizatório que o homem branco cumpriu na América. Encorajando o processo pacífico do contato entre os dois mundos. A narrativa serviu como elemento

ideológico, no sentido marxista, gerando uma falsa consciência, ocultando o conflito e as tensionalidades: o processo violento de aculturação e o genocídio indígena. É nesse sentido que ela define mito:

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUÍ, 2001, p.9).

Diante desses elementos, podemos nos questionar qual a solução imaginária que os mitos de Angatu e do Nêgo Dunga prestam a cidade de Porangatu enquanto ideologia? Eles ocupam o lugar da história da cidade encobrendo sua formação histórica, social e cultural. A cidade de Porangatu não é filha do século XVIII, mas do século XX. Os mitos podem fornecer elementos importantes para o processo de povoamento da região, mas sua contribuição para entender o surgimento da cidade de Porangatu é limitada. O mito fundador cria uma fundação artificial que nos faz negar as contradições presentes em nossa sociedade, desviando o foco, emulando as raízes de nossos problemas, por isso Chauí justifica o termo fundação,

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir se ,novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. Insistimos na expressão mito fundador porque diferenciamos fundação e formação. Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias). Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito. O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista

de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUI, 2001, p.6).

Portanto, o mito fundador alimenta as ideologias, ultrapassando a esfera do momento e se autorreproduzindo, impedindo a apreensão histórica. Nega-se a questão fundamental do sujeito com o tempo: a mudança, a transformação. Os mitos eternizam o passado. A História dá duração ao passado. O mito eterniza a experiência do tempo, funcionando como exaustor das tensionalidades e dos conflitos que pululam na sociedade. O mito amortece a realidade: é a evasão de tempo. Enquanto se discute o mito, a história ocorre. O mito inunda o passado e encobre a história.

### **DEIXAR DE SER SERTÃO E FORMAR-SE CIDADE: A FORMAÇÃO DE CIDADES DO MÉDIO NORTE GOIANO PELA EXPANSÃO DO CAPITALISMO**

Para compreender a distinção entre o passado mitológico e o passado no qual permitiu o nascimento da cidade de Porangatu devemos localizar a formação histórica no interior da História de Goiás. A narrativa de Angatu e Nêgo Dunga, que chamarei a partir de agora de mitos fundadores de Porangatu, pertencem ao contexto da descoberta do ouro no interior da capitania de São Paulo<sup>4</sup>, por volta de 1724, não por acaso Antônio é membro da bandeira de João Leite, cunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. A partir de 1750, a extração do ouro entrou em declínio, várias vilas e arraiais do século XVIII desapareceram em Goiás, não foi o caso do Arraial do Descoberto.

A capitania de Goiás passou por uma transformação econômica, cultural e social. Nos aspectos econômicos houve a transição da economia aurífera para a economia agropecuária, que durante muitas décadas manteve uma produção para subsistência e passando por crises de escassez alimentar (MAGALHÃES, 2014). Socialmente, a minoria branca, que compunha a elite social e a maioria negra deram lugar a um

---

<sup>4</sup> “É de se notar que Porangatu está ligada ao surto do ouro em Goiás, à dos roteiros seguidos pelos bandeirantes e também a história dos repetidos ataques dos avá-Canoeiro”. (BRAGA, 2009, p. 183). Apesar da Memória local reforçar insistir nessa narrativa, preferimos mantê-la suspensa. Não existem trabalhos que corroboram com essa afirmação.

processo de mestiçagem. Esse mesmo efeito de hibridação pode ser visto na cultura, com destaque para a incorporação de elementos indígenas nos hábitos.

Os mitos fundadores de Porangatu pertencem a esse contexto anterior ao declínio do ouro, porém, como várias outras vilas e arraíás em Goiás, o “Descoberto” esteve prestes a desaparecer no século XIX (MORAES, 1977).

É nesse contexto que me pergunto, o que tornou possível para um povoado que quase desapareceu se transformar numa cidade com mais de 50 mil habitantes, como hoje? Incidir sobre essa questão é valorizar a descontinuidade. A história do povoamento não é a história da cidade. A história do povoamento teve um fim: o declínio do ouro. A partir desse momento houve um afluxo populacional que tem relações diretas com as mutações profundas que a sociedade goiana e porangatuense experienciaram no século XIX. Portanto, precisamos evidenciar as camadas de história, a fim de desconstruir a imagem equivocada de continuidade. O povoamento não levou a formação da cidade. Angatu e Nêgo Dunga não estão nas raízes da cidade de Porangatu.

Porangatu se tornou cidade em 1948, para compreendermos o contexto desse acontecimento temos que compreender as mudanças que ocorreram no Estado de Goiás, no início do século XX.

Nesse período, ocorrem transformações profundas na economia nacional. Borges credits essas transformações “à expansão da economia cafeeira que se organizava em bases capitalistas e ao avanço do processo de industrialização no centro-sul” (BORGES, 1990, p. 302). Foram essas mudanças que atuaram como imperativo na expansão da fronteira econômica, ocupando e incorporando extensas áreas no interior do país. O então Estado de Goiás<sup>5</sup> foi beneficiado por essa transformação.

Desde a crise da economia mineradora, a região com pouca acessibilidade aos grandes mercados possuía dificuldade de escoamento de sua produção, por exemplo, o gado criado nas fazendas tinha que deslocar grandes distâncias e os produtos, como arroz e feijão não chegavam as grandes cidades consumidoras pela ausência de estradas, ferrovias ou hidrovias que possibilitasse o deslocamento da safra.

Essa realidade começou a alterar com a construção das Estradas de Ferro. Elas foram responsáveis pela dinamização econômica de Goiás, rompendo com a estagnação provocada pela dificuldade de escoamento da produção. No entanto, as estradas de ferro

---

<sup>5</sup> Na constituição brasileira de 1891 houve a transformação política, conceitual e jurídica de Província para Estado.

se restringiram a região Sul do Estado, saindo de Minas, Araguari, em 1909, até Anápolis, em 1930 (BORGES, 1990).

A região norte do Estado de Goiás, apesar de beneficiada indiretamente pela chegada das vias férreas, ainda estava distante dos grandes centros. Como definiu Borges, a transformação se deu com maior intensidade na região Sul do Estado:

A ferrovia foi, pois, um dos fatores mais expressivos na aceleração do processo de mudança em todos os níveis de sociedade goiana, o que significa uma maior inserção do Estado ou mais especificamente da economia de algumas regiões, nas relações capitalistas de produção. A economia agrária do sul do Estado, nas primeiras décadas de século, passou a ser cada vez mais subordinada aos interesses do capitalismo de expansão (BORGES, 1992, p. 302).

Desse modo, as diferenças que já existiam entre as regiões sul e norte do Estado se ampliaram. As regiões norte e médio norte do Estado de Goiás apenas presenciaram uma transformação significativa com uma segunda onda de expansão capitalista e modernização do interior do Brasil. Portanto, o processo de modernização não se deu de forma homogênea em todo o Estado, mas se inscreveu em determinados espaços, tempos e formas diferentes. A grande transformação no médio norte goiano se deu apenas na década de 1940, com a criação do Plano Rodoviário Nacional, que objetivava ligar o Brasil do Norte ao Sul: foi o sistema rodoviário, o responsável pela expansão da fronteira capitalista nessa região.

As ferrovias possuem uma característica diferente das rodovias. Enquanto as primeiras ligam as regiões de produção com o local de escoamento, a segunda tem o potencial de interligar regiões interioranas, ou seja, a inserção do rodoviarismo está ligada a uma mudança, também, na estrutura econômica do Brasil. O mercado interno ganha importância: a substituição das importações, como descrito por Denis Castilho:

com a crise dos anos 30 e a industrialização das décadas seguintes, o sistema de transporte existente até esse período, estruturado para atender as exportações de produto primário – com uma configuração interior –litoral no sentido oeste leste – passou a limitar o crescimento econômico assentado na substituição das importações, uma vez que este demandava uma integração das regiões interioranas até então praticamente isoladas entre si (CASTILHO, 2016, p. 100).

As rodovias não são vias concorrentes às ferrovias, mas complementares, criadas tendo com um dos objetivos interligar os interiores. As rodovias buscam romper o isolamento, destruir o sertão. A primeira rodovia começou a ser aberta em 1940, de Anápolis a São José do Tocantins, atual Niquelândia. Na mesma década, outra rodovia foi iniciada de Anápolis a CANG (Colônia agrícola nacional de Goiás), atual Ceres. Aproveitando o trecho que havia sido construído até Jaraguá. Essa rodovia, que

inicialmente foi denominada de Transbrasiliiana, chegou a Uruaçu em 1943, chegando a Porangatu em 1953. Essa rodovia é hoje a Br – 153, foi ela que transformou o médio norte Goiano e transformou o sertão em asfalto, representando o avanço da fronteira capitalista na região. Não por acaso, na década de 1940, ocorrem a criação de várias cidades com a chegada da Rodovia, entre elas Uruaçu, em 1931:

Foi, portanto, sob a ideologia da integração nacional que a concretização do empreendimento viário permitiu a penetração e ocupação em todo o Centro-Oeste e consequentemente no Médio-Norte que foi rapidamente ocupado. Caracterizou-se ali um processo expansivo proporcionado pelas estradas. Na realidade, a abertura das estradas obedecia a uma lógica incontestável do capital, permitindo o escoamento da riqueza gerada por uma região que acabara de se incorporar à economia de mercado, do qual a cidade de Uruaçu servia como mediadora entre centro e interior. Dessa forma, a estrada surgida em decorrência da estruturação econômica, encurtou distâncias, atraiu novos capitais e trouxe um toque de “modernidade” ao médio-norte goiano, ao mesmo tempo em que se davam transformações no interior da cidade de Uruaçu provocando um salto qualitativo na sua expansão urbana (GANDARA, 2010, p. 159).

A chegada da rodovia BR- 153 foi acompanhada por um grande crescimento urbano na região, como podemos identificar em Uruaçu e Porangatu. A cidade de Porangatu não surgiu no século XIX, com Angatu e Nêgo Dunga, mas no século XX por um avanço provocado pela expansão da fronteira capitalista. Sua história não está ligada a presença indígena, negra ou do ouro, mas ao agronegócio e ao mercado interno.

A cidade de Porangatu é resultante de um projeto no qual se buscava mudar a representação do Estado de Goiás, substituir a malograda imagem do sertão. Vicentini afirma que, desde 1930, “os documentos oficiais reforçam a ideia de Planalto Central ou Cerrado, com o objetivo de associar um discurso econômico com um discurso de produtividade governamental para oferecer a nação uma nova face goiana e retirar Goiás da situação de Estado periférico” (VICENTINI, 2016, p. 25). Esse discurso se intensificou com a construção de Brasília e projetos como SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), POLOCENTRO e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

O que não pode ser mascarado são as transformações provocadas pela expansão da fronteira capitalista. Vicentini defende que

É preciso perceber que esse conjunto de transformações estruturais do sistema capitalista ocorreu até os anos 70/80. De lá para cá, e em decorrência dele, outros processos externos e internos ao campo se acumularam e, em certo sentido, diminuíram a distância entre o urbano e o rural. Entre eles estão principalmente, a integração da agricultura aos complexos agroindustriais, com uma especialização crescente dentro das unidades

agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens e exóticos, frutas frescas e flores entre muitos outros; o desmonte de algumas unidades produtivas, cujos serviços passaram a ser executados por terceiros; o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas especializadas agropecuárias ou mesmo de profissões tipicamente urbanas, como administradores, motoristas, contadores etc. não vinculadas às atividades agrícolas; formação de redes, vinculando fornecedores, agricultores, indústrias, prestadores de serviço e distribuição; melhoria de infraestrutura social como acesso a alguns bens públicos tipo previdência, educação, meio de transporte etc. e também o acesso a bens e serviços modernos, como luz, telefone, televisão, eletrodomésticos e assim por diante. Tanto isso é verdade que as tradicionais denominações de fazenda e fazendeiro foram substituídas por empresa rural e empreendedor rural, dada a pouca diferença entre meio rural e urbano (VICENTINI, 2016, p.27).

A transformação das estruturas aproximando campo e cidade é uma das marcas fundamentais do médio norte goiano, a cidade de Porangatu não foge a regra. Esconder isso é esquecer-se das questões criadas com a modernização do campo, tais como: o êxodo rural, a mudança nas relações de trabalho, a disseminação de uma cultura citadina, a apropriação das terras por grandes corporações e latifundiários, a maquinização das atividades agropecuaristas, o desgaste do solo com uso de químicos industriais e a devastação do meio ambiente.

O problema é ocultar o essencial por uma ideologia vestida de mitologia local. Ao transformar a história de Porangatu em mitos e lendas, a história é encoberta e as contradições, tensões e questões que deviam ser debatidas e discutidas sobre a sociedade, cultura e a identidade local dão lugar há um relato eternizante e que se autorreproduz. Problemas como a mecanização do campo, as relações de trabalho e o uso predatório do meio ambiente não são colocados em pauta.

Uma das questões negligentes, por exemplo, é uma história repleta por conflitos agrários na cidade de Porangatu. Jacinta Sampaio (2003) discutiu em sua dissertação, intitulada *A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940 - 1964)*, como esse período marcado pela formação da cidade e de sua emancipação política é caracterizado pelo conflito pela posse de terras.

A região do norte de Goiás foi ocupada, em parte, por lavradores não incorporados a CANG:

Foi ali, em Trombas, Formoso e Porangatu, nessas imensas extensões de terra devolutas situadas à margem esquerda do Rio Santa Tereza, afluente do Tocantins, que já no século XX, mais precisamente no final da década de 1940 chegaram as grandes levas de migrantes, provenientes da CANG, Bahia, Piauí, Maranhão, Paraíba, etc. Eram os posseiros que ali se iam estabelecendo (SAMPAIO, 2003, p. 43).

Esses posseiros em muitas oportunidades foram atacados pelos grileiros, fazendeiros que forjavam documentos e usavam da violência para expulsar os pequenos proprietários que se instalaram na região. Os posseiros tentavam resistir, mas isso levava a chacinas com centenas de mortes e desmandos pelos grandes fazendeiros.

São essas histórias sangrentas que os mitos fundadores encobrem. Criando um passado pacífico que não existiu. O preço que se paga é caro, afinal, os conflitos sociais e os problemas públicos ainda estão presentes e a ficção do mito fundador não colabora com sua compreensão. Os mitos e lendas de fundação operam como um mecanismo de arrefecimento dos conflitos que estão na ordem do dia, evitando que os sujeitos sociais tomem consciência de sua realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa análise partiu da adoção de elementos do patrimônio imaterial da cultura popular local – lenda do Nêgo Dunga e de Angatu - para problematizar a sua reprodução na memória local e no imaginário coletivo e nas escolas da cidade de Porangatu.

Para nós, a repetição sem questionamento e a institucionalização dos mitos e lendas locais pelo poder público fizeram os estudantes porangatuenses adotarem esses relatos como explicação para a fundação da cidade. Os mitos fundadores, como define Chauí (2001), encobrem a história e não permitem o sujeito de tomar consciência das problemáticas que formam historicamente a sua realidade.

Os mitos fundadores em Porangatu ocultam a formação da cidade vinculada a expansão do capitalismo no médio norte goiano e conseqüentemente seus problemas decorrente dessa expansão, principalmente os conflitos pela posse de terra.

Nesse sentido, faz-se necessário no Ensino de História Local, evidenciar e estabelecer diferenças entre patrimônio e a produção historiográfica. Não que a produção historiográfica seja isenta de problemas, mas ela enfatiza a formação, a mudança e a transformação (CHAUÍ, 2001), lançando elementos para o sujeito agir e compreender sua realidade.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Barsanufo. **O despertar dos dormentes**: a penetração da estrada de ferro em Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

BRAGA, Ana. Primórdios históricos, Educacionais e culturais de Porangatu. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Nº. 20, (2009) Goiânia: Asa Editora, 2009. Org.: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, p. 169 – 196.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História**. Brasília: MEC /SEF, 1998.

CANCLINI, Néstor G. **As cultuas populares no Capitalismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

CASTILHO, Denis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: 2001.

GANDARA, Gercinair. Fronteiras e cidades-fronteira numa perspectiva nacional. In: **Revista Mosaico**, v.3, n.2, p.151-168, jul./dez. 2010.

HORN, G. B.; GERMINARI, G. D. **Ensino de história e seu currículo**: teoria e método. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Sônia. **Males do Sertão**: Alimentação, saúde e doenças no século XIX. Goiânia: Cênone editorial, 2014.

MORAES, Maria Augusta Santana. Conjuntura Econômica, Administrativa e Política de Goiás nas Primeiras Décadas do Século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia: nº06: 27-37, 1977.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO: 1940-1964. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2003.

VICENTINI, Albertina. **Tal Sertão, Qual Cerrado?** Goiânia: Cegraf/UFG, 2016, p.25.